



NDH

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM DIREITOS HUMANOS



UFG

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS**

NDH/UFG EM FAVOR DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

No dia 4 de novembro de 2016, a Polícia Civil do Estado de São Paulo, em ação concertada com forças policiais de outros estados, invadiu de forma violenta a Escola Nacional Florestan Fernandes, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Guararema (SP).

A ação foi realizada, sem mandado judicial, em meio a tiros e outros atos de violência descabida – como se orquestrada para fins de espetacularização midiática.

Trata-se de mais uma ação de entes oficiais que, travestida de “defesa da ordem pública”, é orientada a intimidar e a reprimir manifestações populares e de movimentos sociais que questionem interesses hegemônicos e corporativos.

Carregadas de sectarismos antidemocráticos, essas ações muitas vezes são apoiadas na formalidade processual seletiva para criminalizar movimentos sociais e cidadãos que defendem os direitos mais básicos da cidadania.

A força policial é acionada – no geral de forma ilegítima e, por vezes, ilegal – para deliberadamente cercear os direitos primários de ir e vir, de livre expressão, de reunião, de convicções e crenças, de reação e protesto.



NDH

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM DIREITOS HUMANOS



UFG

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS**

O Núcleo de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (NDH/UFG) tem acompanhado os acontecimentos dos últimos meses com imensa preocupação.

A sociedade brasileira e a comunidade internacional têm assistido, impassíveis, a esse desrespeito cotidiano aos direitos de nossos cidadãos. E esse desrespeito tende a crescer. Pois o silêncio sugere consentimento; e o consentimento acaba por legitimar as ações truculentas que são justificadas por autoridades públicas e instâncias da justiça como “medidas de exceção”.

É assim que temos visto: juízes a prescreverem tortura a adolescentes; procuradores a exibirem-se para as câmeras de televisão com condenações preconcebidas; o ativismo judicial a mostrar sua face mais obscura e imprevista, totalmente contrário aos ideais que inspiraram, por exemplo, a criação do Ministério Público.

A reboque, temos convivido com o retorno nefasto de espiões infiltrados em movimentos sociais; de parlamentares que impingem sofrimento social em nome da democracia; e a linguagem jornalística transformada em panfleto ideológico vulgar.

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (NDH/UFG) repudia toda e qualquer ação que confronte a legalidade, pois a pretensa defesa desta tem sido usada para ataques a direitos políticos.



NDH

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS E PESQUISAS
EM DIREITOS HUMANOS



UFG

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO
NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS E PESQUISAS EM DIREITOS HUMANOS**

O NDH/UFG condena as ações recentes que têm ferido os princípios constitucionais estabelecidos para proteger o indivíduo de excessos cometidos por entes oficiais, que muitas vezes agem de forma ilegítima e ilegal em nome da “preservação da ordem”.

Acima de tudo, o NDH/UFG rechaça as ações autoritárias, de interesses sectários e movidas pelo antagonismo das polarizações ideológicas, que lançam mão de estratégias discursivas e do aparato institucional para provocar opressão, violência e grave insegurança jurídica.

Por fim, o NDH/UFG apela às instituições e pessoas que assumam decididamente a defesa da democracia, da liberdade e do Estado de direito, que se funda na tradição republicana, na dignidade do cidadão e na legitimidade popular.

É preciso que todo e qualquer cidadão – sobretudo magistrados, professores, procuradores, gestores públicos, empresários etc. – consiga ir além de seus interesses particulares e corporativos, e posicionem-se em defesa do público, do Estado de direito, e dos valores políticos democráticos.

Ao prever e garantir o direito à manifestação e ao protesto, a Constituição assegura a prosperidade social, a diversidade, o dinamismo e a inteligência coletiva. É preciso continuar a manifestar a indignação com o desrespeito aos direitos dos cidadãos. É preciso protestar e lutar por Mais democracia, Mais direitos!